STJ00110754

Miguel Horvath Júnior

12ª edição

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EDITORA RIDEEL
Quem tem Rideel tem mais.

STJ00110754

Expediente

Fundador	Italo Amadio (*in memoriam*)
Diretora Editorial	Katia Amadio
Editoras	Janaína Batista
	Mayara Ramos
Editora Assistente	Mônica Ibiapino
Projeto Gráfico	Sergio A. Pereira
Diagramação	Sheila Fahl/Projeto e Imagem

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Horvath, Miguel
Direito previdenciário / Miguel Horvath. – 12. ed. – São Paulo : Rideel, 2020.

ISBN 978-65-5738-065-9

1. Direito previdenciário – Brasil I. Título

CDD 344.8102
20-2704 CDU 34:368.4(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito previdenciário

© Copyright – Todos os direitos reservados à

EDITORA RIDEEL

Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde
CEP 02519-000 – São Paulo – SP
e-mail: sac@rideel.com.br
www.editorarideel.com.br

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

1 3 5 7 9 8 6 4 2
0 8 2 0

STJ00110754

SUMÁRIO

Agradecimentos ..... **VII**

Apresentação da obra ..... **IX**

Prefácio ..... **XI**

Sobre o autor ..... **XIII**

Sumário ..... **XV**

Capítulo 1 – A saga evolutiva da proteção social **1**

1.1 A ideia de precaução 6
1.2 O bem comum 12
1.3 A doutrina social da Igreja 19
1.4 Fases da evolução histórica da Previdência Social 26
Períodos da seguridade social no Brasil 27

Capítulo 2 – Fontes da seguridade social **31**

2.1 Fontes do Direito Previdenciário Brasileiro 33
2.2 Fontes principais 34
2.2.1 Fontes subsidiárias indiretas ou atos administrativos normativos 45
2.2.2 A jurisprudência como fonte do direito previdenciário 50

Capítulo 3 – Interpretação das leis previdenciárias **53**

3.1 Interpretação das leis de proteção social 55

Capítulo 4 – Princípios de seguridade social **59**

4.1 Conceito de princípio 61
4.2 Princípios doutrinários de Direito Previdenciário 62
4.2.1 Obrigatoriedade de filiação 63
4.2.2 Princípio da solidariedade 63
4.2.3 Princípio da unicidade 67
4.2.4 Princípio da compreensibilidade 68
4.2.5 Princípio da automaticidade das prestações 68
4.2.6 Princípio da imprescritibilidade do direito ao benefício 69
4.2.7 Princípio da expansividade social 70
4.2.8 Princípio do *in dubio pro operario* 70

4.3 Princípios e regras constitucionais 72
4.3.1 Universalidade de cobertura e do atendimento 72
4.3.1.1 Diferença entre risco social e contingência social 73

STJ00110754

4.3.2 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais ... 73
4.3.3 Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços ... 75
4.3.4 Irredutibilidade do valor dos benefícios ... 76
4.3.5 Equidade na forma de participação no custeio ... 82
4.3.6 Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social ... 83
4.3.7 Princípio do caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados ... 84
4.3.8 Regra da contrapartida (ou da precedência de custeio) ... 87
4.3.9 Regra nonagesimal ou da trimestralidade na cobrança das contribuições previdenciárias ... 90

Capítulo 5 – Conceito de seguridade social ... 91

5.1 Conceito doutrinário ... 93
5.1.1 Da efetivação dos direitos sociais no ordenamento jurídico brasileiro ... 99
5.2 Do direito à saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988) ... 108
5.2.1 Auxílio-reabilitação psicossocial ... 121
5.3 Do direito à Previdência Social (arts. 201 e 202 da CF/1988) ... 123
5.4 Do direito à assistência social (arts. 203 e 204 da CF/1988 e Lei nº 8.742/1993 – LOAS) ... 124
5.4.1 Do financiamento da assistência social ... 130

Capítulo 6 – Autonomia científica do Direito Previdenciário e sua relação com os outros ramos do Direito ... 141

6.1 Previsões Constitucionais ... 143
6.2 Finalidade do Direito Previdenciário ... 144
6.2.1 Prestações previdenciárias ... 144
6.3 O Direito Previdenciário como direito público subjetivo ... 145
6.4 Autonomia do Direito Previdenciário ... 146
6.5 Natureza jurídica ... 147
6.6 A Previdência Social e os outros ramos do Direito ... 147

Capítulo 7 – Regimes previdenciários: Regime Geral de Previdência Social, regimes próprios de Previdência Social e Previdência Complementar ... 153

7.1 Perfil do Regime Geral de Previdência Social ... 156
7.2 Dos regimes próprios de Previdência Social ... 157

STJ00110754

7.2.1 Destinatários dos regimes próprios previdenciários ... 159
7.2.2 Extinção da relação jurídico-previdenciária ... 159
7.2.3 Suspensão da relação jurídico-previdenciária ... 161
7.2.3.1 Características dos regimes próprios ... 162
7.2.3.2 Das prestações previdenciárias devidas ao servidor público (União) ... 163
7.2.4 Do Regime de Previdência Complementar (RPC) do servidor público ... 182
7.2.4.1 Características dos regimes de previdência complementar ... 185
7.2.4.2 Os RPC dos servidores públicos já instituídos ... 187
7.2.4.3 Natureza jurídica e estrutura dos regimes de previdência complementar dos servidores públicos ... 188
7.2.4.4 Tipos de planos oferecidos e especificidade do custeio da previdência complementar dos servidores públicos ... 191
7.2.4.5 Custeio do regime de previdência complementar do servidor público ... 192

7.3 Da previdência complementar ou previdência privada ... 192
7.3.1 Características da previdência privada ... 193
7.3.2 Elementos da relação jurídica de previdência complementar ... 193
7.3.3 Entes de regulação (normatização) e fiscalização na previdência privada ... 195
7.3.4 Conceitos básicos de previdência privada ... 198
7.3.5 Tipos de planos previdenciários: benefício definido, contribuição definida e misto ... 199
7.3.6 Liquidação das entidades de previdência privada ... 200
7.3.7 Do caráter profissional da gestão e do regime disciplinar ... 201

7.4 Regime militar ... 202
7.5 Regime especial dos parlamentares ... 202

Capítulo 8 – Benefícios – conceitos básicos da relação ... 203

8.1 Beneficiários da Previdência Social ... 205
8.1.1 Dos segurados obrigatórios ... 206
8.1.2 Do microempreendedor individual ... 218
8.1.3 Do regime de economia familiar ... 222
8.1.4 Segurados facultativos ... 228
8.1.5 Dos dependentes ... 231
8.1.5.1 Da presunção de dependência econômica ... 241
8.1.5.2 Do(a) companheiro(a): enquadramento da expressão legal ... 243
8.1.5.3 Da separação de fato ... 245
8.1.5.4 Do concubinato ... 247
8.1.5.5 Do menor sob guarda como equiparado a filho para efeitos previdenciários ... 249
8.1.5.6 Regras de dependência previdenciária ... 250
8.1.5.7 Da inscrição do dependente previdenciário ... 252
8.1.5.8 Da perda da qualidade de dependente ... 253

STJ00110754

8.2 Filiação e inscrição dos segurados 255
8.3 Da manutenção e da perda da qualidade de segurado 259
8.3.1 Do período de graça 259
8.3.2 Do período mínimo de contribuição após nova vinculação ao sistema 262
8.4 Período de carência 266
8.4.1 A carência e o período de incapacidade 269
8.4.2 As regras de transição dos arts. 142 e 143 da Lei nº 8.213/1991 273
8.5 Renda mensal do benefício 277
8.5.1 Da possibilidade de glosa de contribuições 279
8.5.2 Percentuais aplicáveis aos benefícios 281
8.5.3 Salário de benefício 282
8.5.3.1 Período básico de cálculo 283
8.5.4 Fator previdenciário 288
8.5.4.1 A concepção do fator previdenciário 290
8.6 Das prestações em geral 291
8.6.1 Prestações previdenciárias: benefícios e serviços 291
8.6.2 Acumulação de benefícios 293
8.7 Regras de proteção dos benefícios previdenciários 294

Capítulo 9 – Benefícios previdenciários à luz da teoria da norma jurídica 297

9.1 Antecedente normativo 299
9.2 Consequente normativo 300

Capítulo 10 – Da aposentadoria por tempo de contribuição à aposentadoria programável 303

10.1 Risco analisado: digressão histórica 314
10.2 Tempo de serviço baseado em início de prova material 314
10.3 Tempo de serviço e sentença trabalhista 315

Capítulo 11 – Aposentadoria por idade 331

11.1 Denominação e risco coberto (arts. 48 a 51 da Lei nº 8.213/1991) 333
11.2 Origem da proteção 334
11.3 Carência 335
11.4 Critério material 335
11.4.1 Aposentadoria por idade antes da EC nº 103/2019 335
11.4.2 Da aposentadoria do trabalhador rural, do garimpeiro e do pescador artesanal – art. 201, § 7º, II, com a redação dada pela EC nº 103/2019 335
11.4.3 Aposentadoria por idade da pessoa com deficiência 337

STJ00110754

11.4.4 Aposentadoria por idade – Regra de transição do art. 18 da EC nº 103/2019 337

11.5 Critério espacial 338
11.6 Critério temporal 338
11.7 Critério pessoal 338
11.8 Critério quantitativo 338
11.8.1 Critério quantitativo para aposentadoria por idade para a regra permanente – aposentadoria do trabalhador rural, do garimpeiro e do pescador artesanal 338
11.8.2 Critério quantitativo para aposentadoria por idade antes da EC nº 103/2019 339
11.8.3 Critério quantitativo para aposentadoria por idade da pessoa com deficiência 339
11.8.4 Critério quantitativo para aposentadoria por idade – regra de transição do art. 18 da EC nº 103/2019 339

11.9 Aposentadoria "compulsória" 340
11.10 Aposentadoria compulsória e os notariais 340
11.11 Aposentadoria e extinção do contrato de trabalho 342

Capítulo 12 – Aposentadoria por incapacidade permanente 343

12.1 Risco protegido (arts. 42 a 47 da Lei nº 8.213/1991) 345
12.2 Definição de incapacidade laboral 345
12.3 Conceito de invalidez previdenciária 346
12.4 Doença preexistente e relação jurídica previdenciária 349
12.5 Da mensalidade de recuperação 351
12.6 Carência 353
12.7 Período de espera 353
12.8 Análise da norma jurídica 353
12.9 Grande invalidez ou invalidez maior 357
12.10 Suspensão da aposentadoria por invalidez 363
12.11 Da perícia administrativa 364
12.12 Do acompanhamento durante o ato da perícia médica 366

Capítulo 13 – Aposentadoria especial 367

13.1 Regras gerais (arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213/1991) e EC nº 103/2019 369
13.2 Fundamentos legais 377
13.3 Natureza jurídica 377
13.4 Objeto da proteção 378
13.5 Carência 378
13.6 Análise da norma jurídica 378
13.7 Do uso de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Individual (EPI) 391

STJ00110754

Capítulo 14 – Do benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) 413

14.1 Carência 416
14.2 Análise da norma jurídica 416

Capítulo 15 – Salário-família 431

15.1 Breve escorço histórico da proteção familiar 433
15.2 Natureza jurídica 437
15.3 Carência 438
15.4 Análise da norma jurídica 438

Capítulo 16 – Salário-maternidade 445

16.1 O salário-maternidade e o princípio da universalidade de cobertura e atendimento 455
16.2 Da carência híbrida do salário-maternidade: correlação da legislação brasileira e a Convenção nº 103 da OIT 455
16.3 O salário-maternidade e o período de graça 457
16.4 O salário-maternidade para casais do mesmo sexo: a família homoparental ou homoafetiva 459
16.5 Do custeio do salário-maternidade durante o período de recebimento da prestação 460
16.6 Análise da norma jurídica 465
16.7 Da estabilidade da gestante 475
16.7.1 Da estabilidade da gestante e contrato a termo 476
16.8 O salário-maternidade e as indígenas 478

Capítulo 17 – Auxílio-acidente 481

17.1 Do auxílio-acidente 483
17.2 Do auxílio-acidente de qualquer natureza 483
17.3 Carência 484
17.4 Análise da norma jurídica 484

Capítulo 18 – Das pensões 489

18.1 Pensão por morte 491
18.1.1 Carência 491
18.1.2 Análise da norma jurídica 492

STJ00110754

Capítulo 19 – Auxílio-reclusão 503

19.1 Escorço histórico 505
19.2 Carência 507
19.3 Análise da norma jurídica 507

Capítulo 20 – Seguro-desemprego 513

20.1 Aspectos gerais 515
20.2 Classificação do desemprego 515
20.3 Evolução histórica e legislativa da proteção aos desempregados 516
20.4 Direito de fruição 523
20.5 Período aquisitivo 526
20.6 Hipóteses de suspensão e cancelamento do benefício 528
20.6.1 Abono anual 532
20.6.2 Bolsa de qualificação profissional 533
20.7 Auxílio-desemprego emergencial 533
20.8 Seguro-desemprego durante o período de defeso 535
20.9 Seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo 542
20.10 Justiça competente 543

Capítulo 21 – Abono anual ou gratificação natalina 545

Capítulo 22 – Serviços previdenciários 549

22.1 Habilitação e reabilitação profissional 551
22.1.1 Natureza jurídica 551
22.2 Serviço Social 552
22.2.1 Natureza jurídica 553
22.2.2 Finalidade 553
22.2.3 Instrumentos técnicos do Serviço Social: parecer social 554

Capítulo 23 – Decadência e prescrição das prestações previdenciárias 557

23.1 Da decadência e da prescrição em matéria de benefícios 559

Capítulo 24 – Benefícios previdenciários e acidentários extintos 569

24.1 Dos pecúlios 571
24.2 Do abono de permanência em serviço 572
24.3 Do auxílio-natalidade 573
24.4 Da renda mensal vitalícia 573

STJ00110754

24.5 Do auxílio-funeral 575
24.6 Auxílio suplementar 575

Capítulo 25 – Acidente do trabalho 579

25.1 Fundamento da tutela 581
25.2 Risco coberto 581
25.3 Origem da proteção 582
25.4 Doutrinas aplicáveis na indenização do infortúnio e seus reflexos na legislação 583
25.5 Conceito de acidente do trabalho 588
25.5.1 Requisitos para existência 589
25.5.2 Do nexo técnico epidemiológico previdenciário 593
25.5.2.1 Fundamentação legal 593
25.5.3 Classificação doutrinária das espécies de acidente do trabalho 600
25.5.3.1 Doença profissional 602
25.5.3.2 Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho 603
25.5.3.3 Doença do trabalho 604
25.6 Estudo do acidente do trabalho à luz da teoria da norma jurídica 605
25.6.1 Critério material 605
25.6.2 Critério espacial 606
25.6.3 Critério temporal 607
25.6.4 Critério pessoal 608
25.6.4.1 Sujeito ativo 608
25.6.4.2 Sujeito passivo 609
25.6.5 Critério quantitativo 610
25.6.6 Alíquotas 610
25.7 Custeio das prestações acidentárias 611
25.8 Estabilidade provisória do acidentado 612
25.9 Comunicação de acidente do trabalho 614
25.9.1 Da comunicação subsidiária do acidente de trabalho 615
25.9.2 Espécies de comunicação de acidente do trabalho 616

Capítulo 26 – Custeio da seguridade social 619

26.1 Da natureza jurídica das contribuições sociais 621
26.1.1 Teorias acerca da natureza jurídica das contribuições sociais 622
26.2 Classificação constitucional dos tributos – das espécies tributárias 626
26.3 Financiamento da seguridade social 627
26.3.1 Do financiamento direto 628

STJ00110754

26.3.2 Do financiamento indireto ... 628
26.3.3 Da receita de concursos de prognósticos ... 631

26.4 Da competência residual para criação de novas contribuições sociais .. 633
26.5 Imunidade em relação às contribuições previdenciárias: previsões constitucionais e infraconstitucionais ... 634
26.5.1 Da necessidade ou não de os requisitos indispensáveis à imunidade serem veiculados por meio de lei complementar ou ordinária ... 638
26.5.2 Dos requisitos para imunidade das contribuições previdenciárias ... 639
26.5.2.1 Dos requisitos específicos para certificação das entidades de saúde ... 641
26.5.2.2 Das informações que a entidade de saúde deverá prestar ao Ministério da Saúde ... 641
26.5.2.3 Das informações que a entidade de educação deverá prestar ao Ministério da Educação ... 643
26.5.2.4 Das informações que a entidade de assistência social deverá prestar ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome ... 645
26.5.3 Do reconhecimento e da suspensão do direito à imunidade ... 646
26.5.4 Do prazo de validade do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social ... 647
26.5.5 Dos pedidos de concessão e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social ... 647
26.5.5.1 Da análise dos requerimentos de concessão ou renovação dos Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social ... 648
26.5.6 Do cancelamento da imunidade e seus efeitos ... 650

26.6 Eficácia e vigência das leis de custeio previdenciário (art. 195, § 6º, da CF/1988) – da regra da anterioridade nonagesimal aplicável às contribuições sociais ... 650
26.7 Sistemas de financiamento ... 651
26.7.1 Do regime de repartição ... 652
26.7.2 Do regime de capitalização ... 653

26.8 Do plano de custeio da seguridade social ... 656

Capítulo 27 – Relação jurídica de custeio e deveres instrumentais ... 659

27.1 Relação jurídica de custeio ... 661
27.2 Obrigação previdenciária de custeio principal e acessória ... 661
27.3 Deveres instrumentais ... 662
27.4 Consequências do descumprimento dos deveres instrumentais ... 665
27.4.1 Consequências administrativas ... 665
27.4.2 Consequências civis ... 668
27.4.3 Consequências empresariais ... 668
27.4.4 Consequências tributárias ... 669
27.4.5 Consequências penais ... 669

STJ00110754

Capítulo 28 – Crimes previdenciários 671

28.1 Divulgação de segredo (informações sigilosas ou reservadas) 675
28.2 Falsificação de documento público 676
28.3 Previsão de crimes eletrônicos 677
28.3.1 Crime de inserção de dados falsos em sistema de informação 677
28.3.2 Crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informação 679
28.4 Crime de violação do sigilo funcional 680
28.5 Apropriação indébita previdenciária – art. 168-A 681
28.6 Sonegação de contribuição previdenciária 684
28.7 Estelionato 685

Capítulo 29 – Contribuições em geral 689

29.1 Contribuições dos segurados empregados, empregados domésticos e trabalhadores avulsos 691
29.1.1 Critério material 691
29.1.2 Critério espacial 691
29.1.3 Critério temporal 691
29.1.3.1 Critério pessoal 691
29.1.3.2 Critério quantitativo 691
29.2 Contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativos 696
29.2.1 Critério material 696
696
29.2.3 Critério temporal 696
29.2.3.1 Critério pessoal 696
29.2.3.2 Critério quantitativo 696
29.2.4 Contribuição do empregador doméstico 700
29.3 Contribuições da empresa 701
29.3.1 Análise da norma jurídica da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – LC nº 70/1991 705
29.3.1.1 Análise da hipótese de incidência 710
29.3.1.2 Consequente normativo 711
29.3.2 Da isenção das contribuições sobre o PIS/Pasep e da COFINS 711
29.3.2.1 COFINS não cumulativa (Lei nº 10.833/2003) 714
29.3.2.2 Regime não cumulativo da COFINS 715
29.3.3 Contribuição para o PIS/Pasep 715
29.3.3.1 PIS/Pasep 717
29.3.4 Contribuição Social sobre o Lucro 720

STJ00110754

29.4 Contribuições de terceiros ... 724
29.4.1 Conceito ... 724
29.5 Do SIMPLES Nacional ... 732
29.5.1 Da opção pelo SIMPLES Nacional ... 733
29.5.2 Tributos e contribuições embutidas no SIMPLES Nacional ... 734
29.5.3 Das alíquotas ... 734
29.5.4 Vencimento da contribuição ... 734
29.5.5 Das empresas vedadas de aderir ao SIMPLES Nacional ... 735
29.5.6 Do parcelamento de débitos ... 739
29.5.7 Da exclusão ... 739
29.5.8 Da reinclusão no SIMPLES Nacional de forma excepcional e com prazo determinado ... 741
29.5.9 Das obrigações trabalhistas ... 742
29.5.10 Do acesso à Justiça ... 743
29.6 Contribuição previdenciária dos clubes de futebol ... 744
29.7 Renúncias fiscais ... 750
29.8 Bases de incidência e não Incidência da Contribuição Previdenciária ... 751

Capítulo 30 – Prova de inexistência de débito: da certidão negativa de débito ... 759

Capítulo 31 – Decadência e prescrição ... 765

31.1 Decadência e prescrição das contribuições previdenciárias ... 767
31.2 Decadência ... 768
31.3 Prescrição ... 768
31.3.1 Conceito ... 768
31.3.2 Causas de interrupção da prescrição 769
31.3.3 Causas suspensivas da prescrição ... 769
31.4 Hipótese de indenização acrescida pelo art. 45-A da Lei nº 8.212/1991 770
31.5 Regras e prazos para apuração e constituição dos créditos previdenciários ... 771
31.6 Obrigação acessória ... 771
31.7 Evolução histórica dos institutos no âmbito das relações jurídicas de custeio previdenciário ... 772
31.8 Quadro-síntese da evolução histórica da decadência das contribuições previdenciárias ... 774

Capítulo 32 – Do processo administrativo: de benefício e de custeio ... 775

32.1 Do processo administrativo de benefício ... 789

STJ00110754

32.2 Do processo administrativo fiscal 808
32.2.1 Do contencioso administrativo fiscal 815
32.3 Compensação e restituição de contribuições previdenciárias 835

Capítulo 33 – Justificação judicial e administrativa 839

Referências bibliográficas 845